

CAPÍTULO 3 - Fins e competência

CAPÍTULO III

Fins e competência

Â

Artigo
9.º

Fins

O STAL tem por fim, em especial:

a) defender, promover e alargar por todos os meios ao seu alcance os direitos e interesses colectivos e individuais dos seus associados;

b) promover, organizar e apoiar acções conducentes à melhoria das condições de vida e de trabalho e demais reivindicações dos associados, de acordo com a sua vontade democraticamente expressa;

c) analisar e estudar todas as questões que interessem aos associados e procurar soluções para elas;

d) promover e alicerçar a solidariedade e a consciência sindical e de classe dos trabalhadores em geral e dos seus associados em particular;

e) lutar, em estreita cooperação com as demais associações sindicais, pela emancipação dos trabalhadores e pela construção de uma sociedade mais justa;

f) defender as liberdades democráticas e os direitos e conquistas dos trabalhadores e das suas organizações, tendo em consideração que a sua independência não pode significar indiferença, quer perante o conteúdo e o carácter das liberdades democráticas, quer perante as ameaças a essas liberdades ou a qualquer dos direitos dos trabalhadores.

Â

Artigo
10.º

Competência

Ao STAL

competete, nomeadamente:

a) exercer os direitos de participação, de negociação e de contratação coletiva.

b) celebrar com o governo e os empregadores de gestão, gerência ou administração de quaisquer entidades patronais dos entes públicos ou privados com trabalhadores ao seu serviço representados pelo STAL, acordos para a melhoria das condições de trabalho, retributivas, socio-profissionais e, em geral, sobre todas as matérias relativas aos interesses dos trabalhadores;

c) emitir pareceres sobre assuntos respeitantes ao seu âmbito de actividade ou dos seus associados por iniciativa própria ou por solicitação de outras organizações ou de organismos oficiais;

d) participar na elaboração da legislação do trabalho;

e) fiscalizar e reclamar a aplicação das leis, instrumentos de regulamentação colectiva e demais normativos de trabalho, na defesa dos interesses dos trabalhadores;

f) prestar assistência sindical e jurídica ou outra aos associados nos conflitos resultantes das relações ou acidentes de trabalho;

g) gerir e participar, em colaboração com outras organizações sindicais, na gestão das organizações que visem satisfazer os interesses dos trabalhadores;

h) promover iniciativas próprias ou em colaboração com outras organizações sindicais com vista à formação profissional e sindical dos trabalhadores associados;

i) participar nos organismos e instituições estatais relacionados com o respectivo âmbito e de interesse para os trabalhadores;

j) associar-se ou cooperar com organizações cuja actividade seja do interesse dos trabalhadores;

l) intervir nos processos disciplinares instaurados aos associados.